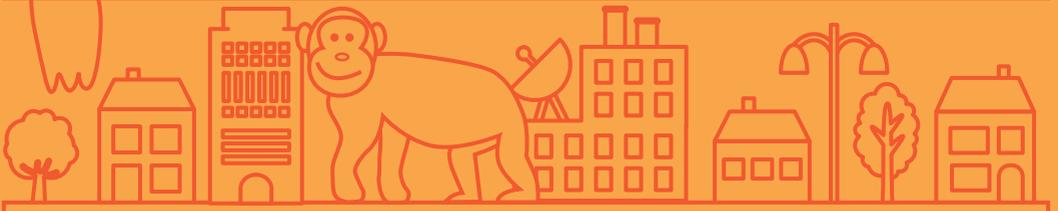
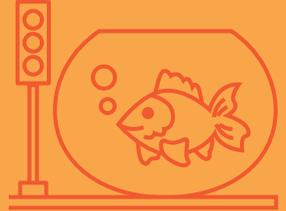


GUIA

*Animal
não humano:
presente!*

**REFLEXÕES SOBRE A
EDUCAÇÃO E A
RELAÇÃO ENTRE
ANIMAIS HUMANOS
E NÃO HUMANOS**



*Animal
não humano:
presente!*

**REFLEXÕES SOBRE A
EDUCAÇÃO E A
RELAÇÃO ENTRE
ANIMAIS HUMANOS
E NÃO HUMANOS**

1ª Edição

Belo Horizonte

Procuradoria-Geral de Justiça do
Estado de Minas Gerais | PGJMG

2020



FICHA TÉCNICA

Coordenação: Coordenadoria Estadual de Defesa da Fauna (CEDEF)

Responsável: Luciana Imaculada de Paula

Autora: Aleluia Heringer Lisboa Teixeira

Produção: Superintendência de Comunicação Integrada do Ministério Público do Estado de Minas Gerais (SCI-MPMG)

Projeto gráfico e diagramação: Fabrício Passos e Esther Gonçalves

Revisão: Sandra Medina e Luiz Carlos Freitas Pereira

Apoio: Sindicato das Escolas Particulares de Minas Gerais (SINEP-MG), Associação Regional de Proteção Ambiental (ARPA) e ONG Rock Bicho

Número ISBN: 978-65-88261-00-2

Título: Animal não humano: presente! Reflexões sobre a educação e a relação entre animais humanos e não humanos

Belo Horizonte, 2020.

64 p.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
INTRODUÇÃO	
Educação humana, ambiental e animal: qual é mais importante?	9
1. Animais: alguns não, todos!	13
2. Gato e cachorro: milhares de possibilidades	17
3. Animal não é prêmio nem brinquedo nem surpresinha!	21
4. Viveiro ou cativeiro?	25
5. “Jaulas vazias, não mais espaçosas”	29
6. Animal no laboratório escolar: está morto mesmo!	33
7. Diversão, esporte, cultura e tradição de quem, para quem, à custa de quem?	35
8. A descaracterização do animal: recurso e commodity	41
9. As conexões recomendadas	47
10. Educação ambiental e proteção da fauna: o que se espera da escola	51
11. Conclusão	57
REFERÊNCIAS	59
MATERIAL COMPLEMENTAR	63



APRESENTAÇÃO

*Outros tempos, outros pássaros. Outros pássaros, outros cantos.
E sem dúvida eu os amaria se tivesse eu outras orelhas.*
Heinrich Heine

Há lições, é preciso admitir, que não sabemos, não queremos saber e “torcemos o nariz” para quem sabe. A sociedade não as considera relevantes, a mídia não as coloca na pauta, os governantes se esquivam de legislar, a teologia e a filosofia silenciam, e o currículo escolar as ignora. Mesmo com tal desconhecimento e desinteresse, nosso conveniente silêncio não nos desobriga da responsabilidade de cuidar e proteger os mais fracos e vulneráveis, da nossa espécie ou não. Há, no tempo chamado hoje, um imperativo humano, ético, moral, cultural, social, ecológico, político, econômico e legal que nos tensiona e nos pressiona a que possamos rever a forma como nos relacionamos com os animais não humanos¹.

Outros pássaros estão voando e entoando diferentes cantos. Não entendemos a nova melodia. O animal não humano está presente em nossas vidas, nos filmes, nas músicas, nos desenhos animados, nos eventos e espaços do nosso lazer, nas embalagens, em nossos pratos, nos livros e também na escola. Entretanto, precisamos nos indagar como esses animais se apresentam, quais usos e representações fazemos deles e, principalmente, quais estamos, equivocadamente, perpetuando.

Essa discussão vem ganhando força e é parte de uma sensibilidade ética, moral, espiritual e ambiental, acelerada pelas respostas que a natureza vem dando diante dos (ab)usos do *Homo sapiens*. O ser humano revisita sua condição de centro do

¹ A expressão “animal não humano” é para demarcar que partilhamos com vertebrados, mamíferos, primatas características físicas, fisiológicas, emocionais e comportamentais de um animal humano.

universo e incorpora outros princípios, como a interdependência entre humanos, não humanos e a natureza. Portanto, é com essa percepção sistêmica da vida que nos dispomos a rever outras tantas práticas presentes em nossa cultura, em nossa própria vida e em nossas escolas.

O objetivo aqui é o de provocar o debate, levantar perguntas ainda não feitas e estranhar as práticas arraigadas e não refletivas que cotidianamente repetimos. Partiremos da educação, pois ela é o meio capaz de impactar a constituição das mentalidades, hábitos e costumes. Ela acontece formalmente nas escolas e informalmente dentro de casa, nos grupos sociais etc. Mesmo que de forma lenta, a derradeira educação da sensibilidade, do olhar e da ética em relação a outros seres vivos deve ser incluída em nossas iniciativas, conversas, projetos, processos e reformas. Afinal, esta é a lição que não sabemos de cor e que, ainda, precisamos aprender²!

[≡ Retornar ao sumário](#)

² A educação formal ocorre dentro das escolas. A informal, nos ambientes social e familiar. Em todos os ambientes aprendemos e ensinamos.



FOTO: Vittorio Zamboni - Unsplash



EDUCAÇÃO HUMANA, AMBIENTAL E ANIMAL: QUAL É MAIS IMPORTANTE?

Não é mais possível dizer que não sabíamos

Philip Low

Todas as vezes que tratamos do cuidado ou de ética em relação aos animais, ouvimos discursos desmobilizadores que fazem questão de lembrar que há muitos humanos necessitados. Por que perder tempo com os animais?

Quem é o mais necessitado? Qual é a causa primeira a que devemos dispensar todo o nosso esforço? O que vem à frente: o idoso ou a criança, o morador de rua ou o cachorro atropelado? A todo momento criamos categorias e hierarquias para que possamos identificar o “mais importante”. O ato de enquadrar e esquadrihar tem o seu valor no método científico. É preciso fazer recortes, delimitar para entender de forma verticalizada algum objeto, mas a complexidade da vida não funciona assim.

As hierarquias começam a cumprir um desserviço quando aquilo que é próximo ou do “meu” gosto sobrepuja os demais. Ao contrário, no modelo de organização presente na natureza, o que há são relações, contextos e interdependências. Aqui é importante a existência das minhocas, dos fitoplânctons, do caboclo ou de uma floresta. Apesar de não ser próximo de nós nem foco do nosso amor, um fitoplâncton retira grande quantidade de CO₂ da atmosfera. Que bom que biólogos ou ambientalistas lutem pela preservação do meio aquático ou pela preservação das florestas! Não é necessário destacar para pensar as relações, pois cada ser tem, na sua singularidade, necessidades, contribuições e direito de existir. A necessidade é de quem sente ou padece. Não cabe ao outro dar nota. Colocá-la, por exemplo, em

uma escala que vai de muita ou pouca dor. Aos animais é interdito falar, organizar uma frase ou fazer uma petição. Entretanto, podem latir, espernear, mugir, arregalar os olhos ou se mostrarem acuados. Essas expressões constituem linguagem. Elas comunicam.

Os humanos, por instinto de preservação da própria espécie, tendem a considerar seu similar como o mais importante, e isso é compreensível. Entretanto, somos 7 bilhões e 600 milhões de pessoas. Podemos abraçar e nos desdobrar em dezenas de milhares de causas, bandeiras ou lutas. Podemos contribuir para o aperfeiçoamento de leis que asseguram o direito à vida, à integridade física e à liberdade de todos os seres. Devemos, independentemente de existirem essas leis, fazer valer a convicção moral e ética que todo ser que vive, respira, tem sistema nervoso central, que sente dor, não deseja e não deve ser molestado, agredido ou humilhado. A natureza como patrimônio não pode ser agredida impunemente.

O Manifesto de Cambridge – Reino Unido, publicado em 7 de julho de 2012 e assinado por pesquisadores renomados, inclusive com o apoio do físico Stephen Hawking (falecido em 2018), conclui que “os seres humanos não detêm o monopólio da consciência, e que há um corpo razoável de evidências científicas que sustentam estados conscientes em uma variedade de animais não humanos” (NÃO É..., 2012). O que esse manifesto endossa é que o boi, o bezerro, o frango, o porco ou a vaca, que estão sendo cientificamente manipulados e completamente alterados em sua natureza, não são peças inertes, mas *seres sencientes*, com vida e com vontade de viver; e isto, sim, tem implicações éticas e morais que não se resolvem aumentando a eficiência técnica. O pensamento hierárquico, próprio do antropocentrismo, faz pensar que estamos acima de todos. Esquecemos que somos nós que criamos a regra e não pedimos autorização daqueles que estão fora do nosso raio de compaixão.

Benditos os pés daqueles que dedicam parte de suas vidas para o melhoramento de algo, nem que seja da própria rua! As bandeiras estão disponíveis para que cada um pegue a sua. Ninguém será capaz de resolver todos os problemas, mas devemos olhar com bons olhos e com espírito de cooperação aqueles que renunciam a algo em prol dos outros, e aqui não cabe hierarquizar se é o idoso, a criança abandonada, os animais, a floresta, o oceano, ou o que quer que seja. Todas as causas que visam à melhoria de algo, que devolvem dignidade a uma pessoa, que lutam pela preservação de um rio ou dos direitos dos animais deveriam ser encorajadas, pois elas não são excludentes, mas se fortalecem, visto que o processo civilizatório, ante

avanços e retrocessos, não pode libertar apenas alguns. É preciso ir com todos, tudo junto e misturado, sem hierarquias, identificando as relações.

Dignos de louvor os médicos, os enfermeiros e os voluntários que estão, neste exato momento, tratando de refugiados ou de vítimas de guerra. Que bom existirem pessoas que se ocupam com a ética em relação aos animais, que denunciam e impedem a barbárie e a exploração, organizam e melhoram as leis que protegem a vida. Digno de louvor quem abriga ou dirige uma palavra a quem está caído no chão, sofrendo injustiça, doente, abandonado. Que essas pessoas do bem e da paz sejam honradas, e não impedidas de realizarem sua missão.



ANIMAIS: ALGUNS NÃO, TODOS!

O animal “quase gente” que está no sofá ou dorme em nossa cama será o ponto de partida para acessarmos os que estão fora do alcance do nosso olhar. Não podemos desprezar a energia de 54,2 milhões de cães e 23,9 milhões de gatos que vivem nos lares brasileiros (ESTILO EDITORA, 2019). Isso significa 78,1 milhões só de cachorros e gatos que se comunicam com seus tutores, sem considerar os abandonados que perambulam pelas ruas. É mais que o dobro dos estimados 35,5 milhões de crianças brasileiras de até 12 anos de idade³.

O que está diante dos nossos olhos e não conseguimos estranhar? Dados não falam, mas aguardam as perguntas que devemos fazer.

Os animais, salvo aqueles que foram adotados, prática louvável, são escolhidos ou encomendados. Eleitos por se adequarem ao nosso gosto, normalmente são “de raça”, comprados em loja, em agência ou de particular que oferece a “mercadoria”. Trata-se de uma relação comercial, de um negócio que mantém matrizes ou fêmeas reprodutoras. Aliás, é muito interessante para a economia que esse amor perdure. O mercado de Pet, no Brasil, fechou 2018 com faturamento equivalente a R\$20,7 bilhões e já é o 2º maior mercado do mundo, perdendo apenas para os Estados Unidos⁴.

Para quem tem ou teve gato ou cachorro, de fato, a experiência pode ser “igual de filho”. Ninguém nega que eles conversam com o olhar sempre carregado ora de

³ Pnade contínua - 2018. Fonte: IBGE <https://educa.ibge.gov.br/criancas/brasil/2697-ie-ibge-educa/jovens/materias-especiais/20786-perfil-das-criancas-brasileiras.html> . Acesso em 4. jan.2020.

⁴ Disponível em: <https://www.bonde.com.br/pet-shop/brasil-e-o-2-maior-mercado-de-pet-no-mundo-e-as-empresas-estao-faturando-com-isso-492887.html> . Acesso em 25. maio.2020.

alegria, ora de tristeza, dependendo de como são tratados. Comunicam que, assim como eles, todos os animais são sujeitos de uma vida ou sencientes⁵. Querem viver suas especificidades físicas, comunicativas, reprodutivas, de interação com a prole e com os demais seres de sua espécie, sendo respeitadas.

Os animais não têm necessidade de usar gravatinhas, lacinhos, passar perfume, pintar o pelo ou usar sapatinhos que, aliás, criam desconforto. Eles gostam da presença das pessoas, de passear, receber carinho e ter água e comida disponíveis nas horas certas.

É desaconselhável fazer “Dia do Pet”, quando as crianças levam seus cachorros à escola. Esse é o tipo de divertimento que não diz respeito ao interesse do animal e, sim, do tutor dele. Eles não entendem que ambiente é aquele, qual o propósito de estarem ali, a agitação e tanta gente querendo pegá-los e apertar. Para os cães, essa experiência pode ser bem estressante e inconveniente.

O mesmo se pode dizer da tradição de levar o cachorro à bênção no Dia de São Francisco em 4 de outubro. A oportunidade cerca a dúvida se São Francisco ficaria satisfeito em saber que no dia dele as igrejas estariam falando do exemplo de cuidado pelo que é frágil e pela harmonia vivida por ele com todas as criaturas. Daí a desnecessária presença física do animal.

Se eles pudessem falar e nós, com abertura, pudéssemos ouvi-los, o que teriam para nos dizer e ensinar em relação à defesa dos seus irmãos, os “outros” animais não humanos?

Há, portanto, um frágil vínculo entre animais humanos e não humanos que se aproxima da solitária chama de uma vela acesa na escuridão. O convite aqui é de protegê-la e de explorar outros sentidos possíveis dessa relação. Podemos, com

⁵ Sujeito de uma vida é um conceito utilizado pelo filósofo americano Tom Regan (2006), falecido em 2017. Senciente, por sua vez, é usado pelo filósofo e estudioso do Direito Gary Francione (2017).

esse mísero e precioso lampejo, acender outras tantas luzes e, com isso, fazer conexões, alargar a consciência e sensibilidade para então ouvirmos os gemidos e lamentos quem vêm das gaiolas, das cercas, das caixas, dos becos insalubres, das festas escolares, dos parques, dos confinamentos, das baías, dos galpões, dos aquários e de tantos outros espaços onde o animal não humano se encontra como objeto de nosso interesse e prazer.

Partindo dessas premissas, vamos iniciar a caminhada.

[≡ Retornar ao sumário](#)



GATO E CACHORRO: MILHARES DE POSSIBILIDADES

Mesmo o gato e o cachorro, considerados por muitos como um membro da família, têm seus similares perambulando pelas ruas, esquivando-se dos perigos constantes. De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), há mais de 30 milhões de cães e gatos abandonados no Brasil⁶. Eles se misturam na paisagem urbana a crianças, jovens e idosos abandonados, em meio a tanta miséria e situação de risco. Essa realidade, assombrosamente maior que nossa capacidade de ação, desperta sentimento de impotência seguido de uma reação que amortize nosso desconforto.

Agimos como o sacerdote e o levita da parábola que Jesus contou sobre o bom samaritano quando, diante do homem caído no chão, “passaram para o outro lado”. Seguimos caminho tentando esquecer tais cenas indigestas⁷.

Como na parábola, outros se assemelham ao samaritano e enfrentam a situação: olham, param, cuidam e, quando precisam, assumem despesas para o total restabelecimento daquele que sofreu o abandono ou a violência. Essas pessoas são imprescindíveis e dignas de nosso apoio e reconhecimento.

⁶ Essa informação, dada como da OMS, está disponível é no Conselho Federal de Medicina Veterinária. <http://portal.cfmv.gov.br/noticia/index/id/6091/secao/6> . Acesso em 4.jan.2020.

⁷ Como na parábola, outros se assemelham ao samaritano e enfrentam a situação: olham, param, cuidam e, quando precisam, assumem despesas para o total restabelecimento daquele que sofreu o abandono ou violência. Essas pessoas são imprescindíveis e dignas de nosso apoio e reconhecimento.

Se ainda algo nos toca é porque conseguimos perceber semelhanças com os animais que estão dentro de nossas casas.

Podemos interferir nessa triste realidade com pequenas ações como:

- 1- não comprar animais;
- 2- castrar e apoiar programas que fazem eventos de adoção;
- 3- ensinar às crianças, desde a educação infantil, que adoção é uma demonstração de amor e cuidado com os animais;
- 4- escolas ou estabelecimentos comerciais promoverem ou abrirem espaços para a realização de eventos de adoção como forma de apoiar os socorristas, ONGs ou os voluntários das casas de transição.

[≡ Retornar ao sumário](#)



FOTO: Patrick Hendry - Unsplash



ANIMAL NÃO É PRÊMIO NEM BRINQUEDO NEM SURPRESINHA!

Ainda nesta categoria de animais encontrados dentro das casas para distração de crianças ou de adultos, há os passarinhos, peixinhos, pintinhos, coelhinhos, tartaruguinhas ou hamsters. Os números são expressivos: 39,8 milhões de aves; 19,1 milhões de peixes e 2,3 milhões de répteis e pequenos mamíferos⁸. Normalmente, são adquiridos pelos pais para satisfazerem a vontade da criança em ter um “bichinho” por serem mais baratos, fáceis de manter e de descartar assim que a novidade passa. É uma existência efêmera, que não pede nada em troca. Pelo baixo preço e facilidade de aquisição, esses animais também são utilizados em festinhas infantis, shoppings, como brinde, prêmio de rifa ou prenda de festa junina.

Vale aqui uma chamada de atenção para o desserviço a que tal prática se presta na educação infantojuvenil. Animal não é objeto ou presente que possa ser usado como se fosse saco de pipoca ou brinquedinho de plástico descartável, uma prática já condenável no seu princípio.

Por menores que sejam, adaptáveis a qualquer espaço, dóceis, bonitinhos, a experiência é, em todas as etapas, muito estressante. Passam horas expostos ao barulho de conversas, das bombinhas de traques, de crianças gritando, das caixas de som, músicas, cheiro forte de comida

⁸ Dados do IBGE e Inteligência Comercial da Pet Brasil, em 2018. Disponível em: <https://www.editorastilo.com.br/censo-pet-1393-milhoes-de-animais-de-estimacao-no-brasil/>
Acesso em: 4.jan.2020.

e também pelo longo tempo sem comer e beber. Sentem desconforto e insegurança, pois não têm como fugir, encostar ou dormir. Muitas vezes, estão sozinhos e sentem a ausência dos outros indivíduos da mesma espécie.

O fato de não berrarem ou pedirem socorro não diminui em nada a crueldade dessa exposição totalmente fútil, imprópria e deseducadora; logo, desnecessária.

Escola é lugar onde se ensinam coisas que se espera sejam boas, exemplares e condizentes com o hoje e o amanhã das pessoas e da coletividade na relação consigo, com os outros, com a natureza e com os animais. É reprovável quando crianças, mediadas pelos adultos e pela instituição escolar, sejam submetidas a uma proposta em que o animal é exposto, vendido, preso e rifado apenas para distrair e divertir o “animal humano”. Não se pode perder de vista o currículo oculto que está sendo transmitido junto com a rifa de calopsita; a pescaria de saquinhos com peixes vivos; passarinhos e pintinhos como prêmio; cavalos amarrados em carroças; pega leitão⁹; passeios com lhama, burrinhos para passeios, entre outras iniciativas. Não é possível conjugar educação, harmonia e beleza com correias, gaiolas, amarras, chicotes, abusos e exploração.

Reforça-se assim, para a próxima geração, que o animal está a nosso serviço, que não tem necessidades, não almeja a liberdade, não sente desconforto e que suporta tudo. Afinal, nasceu para isso! Esse é o subtexto da mensagem.

Quando o evento termina, cada família toma o seu rumo, e a escola é limpa para mais um dia letivo. Cada bichinho que ali estava ou que “sobrou”, compondo contra a vontade dele “a festa”, irá para algum canto improvisado de alguma casa. Esse bichinho, em poucos dias, será esquecido, vai morrer junto com as lembranças. Fecha-se a cena.

⁹ Uma tradição, daí o nome da festa, que consiste na brincadeira de pegar leitões. A grande atração do evento são os leitões que ficam nos cercados, totalmente cobertos de lama, à espera de crianças e adultos que tentam pegá-los. Quem consegue a façanha ganha o leitão de presente. (Propaganda de uma prefeitura retirada da internet)

Pensemos na frase atribuída a Albert Schweitzer, prêmio Nobel da Paz de 1958: “quando o homem aprender a respeitar até o menor ser da criação, seja animal ou vegetal, ninguém precisará ensinar a ele a amar seus semelhantes”. Schweitzer era de uma família rica na Alemanha, mas, como médico, foi viver entre os africanos das colônias francesas que necessitavam de cuidados e assistência médica. Ou seja, a compaixão estendida a todos os seres é um padrão de pensamento que precisa ser incutido tanto em adultos quanto em crianças. Ao contrário, o padrão antropocêntrico e predatório que a humanidade traz consigo é o responsável pela extinção em curso de um milhão de espécies de animais e plantas, segundo o relatório publicado em maio de 2019 pela Plataforma Intergovernamental de Políticas Científicas sobre Biodiversidade e Serviços de Ecossistema (UM MILHÃO..., 2019). A plataforma contou com 145 cientistas de 50 países, e o relatório é considerado o mais extenso sobre perdas do meio ambiente.

O que isso tem a ver com essa tal Festa Junina ou com o evento do shopping? Muito! É o mesmo modo de operar e o mesmo modo de pensar. A única diferença é que a escola fez uma microdemonstração daquilo que a humanidade vem fazendo com os animais silvestres, com os rios, com as florestas e com os oceanos. Nossa visão é especista. Enxergamos apenas os interesses de nossa espécie e sobrepujamos as demais. Prevalece entre nós a lógica da gaiola, da jaula, da não liberdade, da submissão aos interesses do outro, maior e mais forte. Definitivamente, precisamos fazer outras perguntas e inventar formas de entretenimento que não sejam à custa do outro, animal não humano. Nossas crianças não precisam disso, e os animais não merecem!



VIVEIRO OU CATIVEIRO?

*Passarinho cantou de dentro de uma gaiola,
cantaria melhor se fosse do lado de fora.*

Ivan Lins

Muitas casas e escolas têm viveiros, os quais denominamos aqui de cativeiros. São periquitos misturados com tartarugas e o que mais comportar o exíguo espaço. Ficam expostos para que as crianças possam se entreter. Precisamos perguntar qual é o propósito, em que medida essa presença educa. Como o conteúdo desse “currículo oculto” interfere na percepção e na sensibilidade de crianças e de jovens?

Tais indagações se tornam bastante pertinentes se considerarmos, por exemplo, o que escreve Escolano (VIÑAO FRAGO e ESCOLANO, 2001) em *Currículo, Espaço e subjetividade*. Para esse autor, o espaço escolar tem de ser analisado como uma construção cultural que “expressa e reflete, para além de sua materialidade, determinados discursos”. Nessa perspectiva, todo espaço educa, forma e situa, inclusive os espaços privados, públicos e a própria cidade. Retome-se, pois, a questão: a existência do “viveiro” educa para quê?

Em princípio, o pássaro cativo, usado como entretenimento, está ali para apreciarmos e admirarmos a beleza e as formas dele. Entretanto, esse singelo capricho alimenta um sistema perverso que retira o pássaro do seu *habitat* natural, ou o leva a morrer no momento da captura. No transporte, dezenas deles são colocados em gaiolas apertadas ou amontoados em caixas escuras com ventilação precária. Já não falamos mais de pássaros, mas de “produtos” que vão alimentar as insalubres lojas dos mercados das grandes e pequenas cidades. Somos, portanto, cúmplices e incentivadores desse sistema que inclui, entre outras coisas, o tráfico de animais silvestres. Emitimos para esse “mercado” sinais de que vale a pena continuar no ramo.

Na contramão dessa lógica, os pássaros poderiam encontrar, nas casas e nas escolas, as árvores e o ambiente de acolhimento para fazer a morada deles. As crianças poderiam acompanhar o trabalho da construção dos ninhos, o tempo de “chocar”, o cuidado da mãe-passarinho e o voo dos seus filhotes. Ou seja, o ciclo da vida, repleto de ensinamentos, respeito e beleza, é que deveria ter lugar nas escolas.

Convidar pessoas que fazem trabalho de integração de pássaros criados em cativeiros na natureza é algo inspirador. Disponibilizar livros de histórias sobre a libertação de animais engaiolados e devolvidos à natureza também são bem-vindos.

Não mais acreditamos que “o que mais vale é um pássaro na mão”, mas, sim, todos eles livremente voando.



FOTO: Brazil Topno - Unsplash



“JAULAS VAZIAS, NÃO MAIS ESPAÇOSAS”

Acendemos mais uma vela e conseguimos enxergar aqueles que estão um pouco mais distantes de nós, porém desfrutam de um entendimento social de que precisam ser protegidos. São os animais silvestres ou selvagens, que podem ser nativos ou exóticos, terrestres ou aquáticos, o papagaio, a arara, o mico, o jabuti, o lobo-guará, a onça-pintada, o mico-leão-dourado, a piranha, o boto, o curió, a capivara, o leão, o tigre, o elefante, o pavão, o canguru e tantos outros. Muitos são vítimas da perversa cadeia que engloba o traficante, quem transporta, quem vende, o estabelecimento e quem compra, muitas vezes um inocente pai desavisado que almeja atender aos caprichos do filho. A Rede Nacional de Combate ao Tráfico de Animais (Renctas) e o Ibama afirmam que, de cada dez animais traficados, nove morrem antes de chegar ao destino final. As causas podem ser os ferimentos provocados no momento da captura, a sufocação, a falta de comida e de água, sem contar o estresse que sofrem pela mudança abrupta de orientação espacial, hábitos etc.

Alguns, normalmente os de maior porte, são usados em circos. Em Minas Gerais, a Lei Estadual 21.159/2014 veda prática circense que submeta espécies animais a abusos e a maus-tratos, mas infelizmente não é a realidade em todos os estados e municípios, e a Lei Federal 5.197/1967, que proíbe o exercício da caça, incluindo o safári, no território nacional¹⁰.

Cabe aos pais não levarem suas crianças; e às escolas, não incluírem esse tipo de visita em seus trabalhos de campo, como forma de pressionar os donos de circo a buscarem alternativas.

¹⁰ <https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=LEI&num=21159&ano=2014> Acesso em 10 jan. 2020.

Há quem diga que “para o animal, o circo não tem graça alguma”. De fato, treinados sob o paradigma da dor, não dispõem de condições mínimas de higiene e de alimentação adequada, sendo, em muitos casos, mutilados, como quando têm arrancadas presas e garras para evitar “acidentes”, segundo relata a promotora de Justiça Katia Christina Lemos (2008) no artigo *Animais de circo e crueldade*. A realidade, segundo Lemos, é que, quando doentes ou velhos, são descartados e abandonados em recintos minúsculos, como é o caso de cinco leões largados por circos e que hoje estão no Zoológico de Brasília. O Ibama tem 98 leões deixados por circos pelo Brasil, sem local adequado de manejo, já que os zoológicos, que seriam a salvação para esses bichos esgotados e sem nenhuma perspectiva, estão superlotados. Reparem no círculo vicioso que alimenta vários processos penosos para os animais.

É preciso haver centros com especialistas que entendem e sabem cuidar dos animais, sim. Não se justifica a existência de zoológicos que passam a ser mais um negócio a ter o animal como entretenimento. Normalmente, os zoológicos são apresentados e justificados como escola para educação ambiental, ponto turístico, centro de pesquisa, local de acolher espécies ameaçadas, já que ali trabalham pessoas sérias, responsáveis, que respeitam os animais.

Entretanto, Tom Regan (2006) defende, no livro *Jaulas vazias*, que os direitos têm que ser respeitados mesmo que se colham grandes benefícios violando-os; que a verdade dos direitos animais “requer jaulas vazias e não jaulas mais espaçosas”; que o reconhecimento dos direitos animais requer abolição e não reforma; resume-se à vida, liberdade e integridade física. Isso, sim, é respeito.

Mais do que aquilo que dizem sobre a finalidade dos zoológicos, há outra mensagem emitida pelos próprios gestores públicos ou pela direção que dispõe daquele espaço. Um exemplo é a concessão do espaço, desde 2011, como rota de passagem da Meia Maratona Internacional, como acontece, ainda, em Belo Horizonte. Obrigado a fazer parte de um evento em que as pessoas correm e torcem, o animal, por instinto, quer se defender ou fugir, pois o sinal externo emitido é de perigo. Entretanto, não pode reagir. Aliás, dispensa-se muito estudo para deduzir que seja assim.

Inúmeras crianças que acompanham a corrida sob aplauso e consentimento dos adultos, silenciosamente, sem que uma palavra seja dita, aprendem a lição: “sendo dos animais, isto pode! Se for de gente, não!” Talvez um dia uma dessas crianças venha a ser um prefeito, um secretário ou vereador e, se for fiel ao que aprendeu, vai propor uma “virada cultural” dentro do zoológico.

Se o foco é realmente o cuidado ou proteção, todos os esforços deveriam ser de devolver aos animais o *habitat* natural. Assim, aqueles que foram abandonados pelos circos ou os recapturados do tráfico fragilizados ou doentes deveriam ser protegidos enquanto recebem tratamento, porém nunca expostos como atração turística ou como entretenimento.

Passamos a vida sem ver um esquimó, um aborígene ou um pigmeu, e nem por isto precisamos tê-los próximos a nós, entre grades, para conhecer seus hábitos e cultura. Podemos assistir a filmes ou a documentários.



ANIMAL NO LABORATÓRIO ESCOLAR: ESTÁ MORTO MESMO!

Sair da arena e do grande público e entrar nas aulas práticas dos laboratórios de ciências ou de biologia, nelas também encontraremos animais inteiros ou em pedaços. Qual o problema? Já morreram mesmo! Isto sem falar dos “criativos” projetos que envolvem peixinhos, bicho-da-seda, coelhinhos e pintinhos oferecidos como surpresinha; e aquela que não poderia faltar, mas deixou de ser utilizada por falta de “matéria-prima” disponível, “as borboletas e os insetos fincados no isopor”, entre outras ideias criativas, repletas de boas intenções e “educativas”! Esses bichinhos terão que ser comprados, o que reforça a existência de estabelecimentos que os comercializam, quase sempre em condições insalubres.

É nessas iniciativas que acontecem aqui e acolá ao longo da escolarização básica que se desencadeia o processo de naturalização do uso do animal como objeto e se ofusca o entendimento do animal como um ser *senciente*, sujeito de direitos, portador de uma vida. Sem que percebam, os educadores contribuem para o atraso da consciência animal dos estudantes. Como autoridades, eles podem legitimar a prática de propor projetos e tópicos de ensino que não utilizem de forma alguma animais. Os laboratórios de universidades estão buscando alternativas, e por isso há margem para mudança e testagem de modelos mais criativos e educativos para qualquer ensino.



DIVERSÃO, ESPORTE, CULTURA E TRADIÇÃO DE QUEM, PARA QUEM, À CUSTA DE QUEM?

Ainda no campo do espetáculo e do entretenimento, animais de grande porte são utilizados em touradas, rodeios, vaquejadas, farra do boi e similares para atrair milhares de espectadores.

Simpatizantes dizem que os animais são tratados como verdadeiros atletas, com dieta balanceada, treinamento para fortalecimento dos músculos e acompanhamento veterinário constante. Esse discurso insere no subtexto a preocupação daqueles que defendem os animais como exagerada. Contudo, o então ministro Francisco Rezek, do Supremo Tribunal Federal, ao apreciar recurso extraordinário relativo à “farra do boi” de Santa Catarina, que indagava por que, num país de dramas sociais tão pungentes, há pessoas preocupando-se com a integridade física ou com a sensibilidade dos animais, responde:

Não nos é dado o direito de tentar ridicularizar o pedido, de amesquinhá-lo com esse argumento, sobretudo porque os sofrimentos que ainda hoje, para nosso pesar, em nossa sociedade se infligem a seres humanos, não são assumidos como institucionais: constituem algo de que todos se envergonham e que em muitos casos a lei qualifica como crime. Aqui

estamos falando de algo que é assumido e até chamado de ‘manifestação cultural’. Por isso, a ação não se dirige contra marginais, mas contra o poder público, no propósito de fazê-lo honrar a Constituição (STF, 1997, on-line).

Ora, se os tratam bem é porque precisam que se apresentem bonitos e saudáveis, de forma adequada. São bem tratados, pois trarão dividendos para quem promove e patrocina o *show*.

Há os que alegam que os instrumentos utilizados no rodeio não causam dor, mas apenas “cócegas” ou, quando muito, “incômodo” e que, por lei, as cordas que lhe comprimem a região abdominal, conhecida como sedém, é de algodão puro. Ora, isto não elimina a agressão! Alguém que morre enforcado irá a óbito, independentemente de a corda ser de sisal ou de seda pura. O mesmo se diz das esporas que “não são com pontas, mas achatadas, como moedas”. Esquecem que a lesão é causada pelo contato e pressão do ferro com a pele. Aliás, é oportuno o teor de decisão do Tribunal de Justiça de São Paulo, de 2001, de que um certo instrumento ou uma determinada prova não deixam de ser cruéis simplesmente porque o legislador assim dispôs. Não se desfaz a crueldade por expressa disposição de lei.

[...] Portanto, se demonstrado, em cada caso, que algum dos equipamentos legalmente permitidos no rodeio lesiona, física ou mentalmente, o animal, se impõe sua proibição, para que se cumpra fielmente a vedação à crueldade, assegurada nas Constituições Federal e Estadual. Evidente, em consequência, que os rodeios e festas de peão não podem incluir práticas e equipamentos cruéis, ainda que eventualmente permitidos na Lei Estadual 10.359/1999, podendo ser assim considerados aqueles que causam lesão, consistente em ferimento, dor física ou sofrimento mental, aos animais. (TJSP, Apelação Cível 168.456- 5/5, j.24.10.2001, rel. des^a Teresa Ramos Marques, j. 24.10.2001. E também: A despeito da Lei Estadual 10.359/1999 regulamentar a prática da atividade de rodeio e a Lei Federal 10.519/2002, por sua vez, regular as provas de laço, é indubitável que tais atividades causam sofrimento aos animais que protagonizam as apresentações, considerando-se que utilizam o sedém e outros petrechos a fim de ‘estimular’ os animais. Dessa forma, estes diplomas legais são inconstitucionais. (TJSP, 2011a, on-line).

A hipótese de mero incômodo é afastada por estudos técnicos de veterinários isentos. Os saltos e corcoveios, conforme discorre Panicacci (2012), não seriam naturais, mas produzidos, porque os animais reagem à dor e ao incômodo que sentem, reflexo dos sedéns, peiteiras, sinetes, esporas e congêneres, e do próprio barulho ensurdecidor de fogos de artifício, do som e da plateia.

As práticas culturais, da forma que valem hoje, podem não valer amanhã. Isto dependerá do nível de entendimento e evolução de uma sociedade específica. A briga de galo, antes uma prática cultural, hoje é proibida em todo o Brasil. Cidades que realizavam rodeio, como São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, agora o proíbem. Referir-se a uma prática como cultural não significa que é algo bom em si. Em algumas culturas, crianças que nascem com problemas de saúde são enterradas vivas.

Semelhante à cultural é a prática do que representa a tradição. O fato de ser “tradição” não significa, necessariamente, que é bom ou desejável: sociedade predominantemente patriarcal, em que a mulher não tem voz nem vez; sociedade escravocrata, na qual o negro é considerado bem semente; sociedade em que o trabalho infantil é considerado comum. Foi preciso romper essas tradições para que chegássemos à sociedade que há hoje. E ainda estamos longe de ser uma sociedade ideal!

O parâmetro da vida dos animais envolvidos nesses espetáculos, de mão única, diga-se de passagem, difere do nosso em muitos aspectos. Mas as estruturas física e fisiológica são essencialmente as mesmas! Os animais sentem dor e medo assim como nós. Eles são conscientes do que lhes acontece, e isso nos faz corresponsáveis pelo dano e crueldade que lhes são causados.

“Quanto menos um ser é capaz de defender os seus próprios direitos, maior é o nosso dever de defendê-los.” Tom Regan (2006, p.75)

Os “bons fins” não justificam os “maus meios”, reforça Tom Regan (2006, p.49).

É inegável que esses eventos são um meio de sustento de milhares de famílias, uma lucrativa atividade econômica que, assim como o jogo do bicho, o tráfico de pessoas, de animais silvestres e de entorpecentes, gera e movimenta uma enorme soma de dinheiro.

Na mesma linha e em acórdão que também entendeu pela configuração de crueldade na prática dos rodeios, o voto condutor do des. Renato Nalini (TJSP, 2011b, on-line):

Por tudo isso, não há se argumentar que a decisão vulnera os valores da livre iniciativa e do livre trabalho, pois os particulares não dispõem dessa liberdade absoluta para se conduzir no mercado de produção de bens e serviços da forma que bem lhes aprouver. A Constituição Federal fundou a ordem econômica brasileira na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, mas impôs aos agentes econômicos a observância de várias diretivas, dentre as quais a defesa do meio ambiente não é menos importante - artigo 170, inciso VI, da CF. Isso quer dizer que o bem não pode ser produzido, o serviço não pode ser prestado, e a atividade não pode ser desenvolvida, sem a estrita observância da legislação ambiental

Outra forma de amenizar e naturalizar esses espetáculos é considerá-los como esporte e reconhecer o toureiro, o peão, ou quem mais participa diretamente com o animal no momento do show, como uma categoria profissional. Ora, até onde se sabe, esporte envolve dois oponentes ou dois grupos que aceitam participar por livre e espontânea decisão de uma atividade em que as regras são por eles conhecidas e acatadas. Mesmo nas lutas promovidas pelo UFC (Ultimate Fighting Championship), como o MMA (Mixed Martial Arts ou Artes Marciais Mistas), em que faz parte da luta surrar quase sem limites o oponente, há aceitação e conhecimento das regras por ambas as partes. Contudo, quando o oponente é um animal indefeso, desconhecedor das regras, que está ali não por escolha ou desejo, fica difícil argumentar que tal atividade se trata de um esporte. Ao contrário, a relação entre o animal e o vaqueiro/toureiro/peão é desigual e covarde. Há todo um aparato que o força a estar ali. Basta ler a descrição das provas denominadas “bulldog”, “laço de bezerro” e “laço em dupla” e mesmo as “de montaria”.

Diante de tantas controvérsias e condutas duvidosas, cabem os princípios da precaução e da prevenção que norteiam ações em termos ambientais, prevenindo e banindo a simples possibilidade de dano, e que permitem vetar tais práticas tão só com estudos que demonstram a existência de crueldade¹¹.

¹¹ TJSP, APELAÇÃO CÍVEL COM REVISÃO n.º 669.217-5/8-00, rel. des^a Regina Capistrano, j. 8.11.2007.

No meio ambiente e na fauna brasileira, não há necessidade que esperemos os juristas e cientistas pelo perecimento do animal exaurido pelo sofrimento para atestar o mau-trato que lhe foi infligido. Basta que se permitam antever de forma razoável e lógica o sofrimento que dele advirá para embasar a proibição ao ato.

É com base nessas premissas que os espetáculos que submetem animais a abuso e a maus-tratos, e lhes impingem intenso martírio físico e mental, constitui verdadeira exploração econômica da dor. A Constituição Federal, art. 225, § 1º, VII, afirma que uma das obrigações do poder público é proteger a fauna, zelando para que os animais não sejam submetidos à crueldade. Ressalte-se que maus-tratos e crueldade constituem, hoje, condutas tipificadas pela legislação penal (Lei 9.605/1998).

A Declaração Universal dos Direitos dos Animais (Bruxelas, 1978), da qual o Brasil é signatário, dispõe, no artigo 3º, que “nenhum animal será submetido a maus-tratos e a atos cruéis” e, no artigo 10, que “nenhum animal deve ser usado para divertimento do homem”. Nós, animais humanos, que inventamos esse estado de coisas, podemos também desaperceber e encontrar outras formas de nos divertirmos e cultivarmos valores em que o bem-estar dos outros seres vivos também seja respeitado.



A DESCARACTERIZAÇÃO DO ANIMAL: RECURSO E COMMODITY

Dentro da categoria animais não humanos criou-se a subcategoria animais domesticados para consumo humano, sobre os quais pesa o nosso maior distanciamento ético e afetivo. Por tradição, cultura, religião ou gosto pessoal, há um grosso véu que nos impede de enxergar maus-tratos ou crueldade na forma como eles nascem, vivem e morrem. Faz parte da nossa cultura, que seja assim, e ponto final.

Segundo Leonardo Boff (2012), os nossos ancestrais, depois da colheita, não comiam sozinhos. Antes, distribuíam os alimentos e os comiam comunitariamente, gesto que fazia toda a diferença. Com o passar dos tempos a ideia não era somente cozinhar, mas dar sabor aos alimentos. Nutrir-se “nunca é uma mecânica biológica individual. Consumir comensalmente é comungar com os outros que conosco comem as energias cósmicas que subjazem aos alimentos, especialmente a fertilidade da terra, o sol, as florestas, as águas e os ventos”.

Contudo, algo mudou radicalmente não na mesa e nos pratos, mas nos bastidores da produção alimentar. Nossos antepassados, e aqueles até a metade do século XX, não lidavam com algumas das variáveis que nos afastavam léguas de distância da nossa comunhão com “as energias cósmicas que subjazem aos alimentos”. Isso faz toda a diferença!

Em 2008, a humanidade deixou de ser rural para ser urbana (UNFPA-ONU, 2007). Deixamos para trás a imagem do animal no campo, das galinhas ciscando, os ciclos de plantio e dos agricultores arando a terra. De forma sutil e bem lenta, tornamo-nos seres artificiais. Não sabemos para onde vão os resíduos, desconhecemos os ciclos de

produção, nosso ar é “condicionado”, nossa água é de garrafinha. Sumiram os vagalumes, as mariposas, as joaninhas.

“Nunca percorreram tantas distâncias, mas nunca usamos tão pouco no solo”.
Carl Honoré (2011)

O afastamento nos impediu de acompanhar o que estava a acontecer no campo. A cortina fechada impossibilitou aos comensais avistar os bastidores onde ocorriam as mudanças. Uma delas é que o animal que pastava ou ciscava passou a ser considerado *commodity* = mercadoria e virou assunto de grandes investidores que movimentam a bolsa de valores¹².

O bezerro foi separado da mãe dele; o pintinho macho foi descartado por não ter serventia na indústria da galinha poedeira; o porco passou por um processo de engorda; e a vida de um frango se resume, em média, a 40 dias, quando segue para o abate, apenas para citar alguns processos que coisificam o animal não humano¹³.

“O que torna a vida dos animais domesticados particularmente difícil não é exatamente o modo como eles morrem, mas, acima de tudo, o modo como eles vivem.”
Yuval Noah Harari (2016, p. 87)

Aqueles que estavam à mesa não relacionaram que a alimentação baseada em produtos de origem animal tinha grande parcela de responsabilidade nas emissões de gases de efeito estufa. Protestavam contra o aquecimento global, entretanto não faziam as conexões de que os grãos com alto teor de proteínas, como a soja, que

¹² *Commodities* são produtos que funcionam como matéria-prima, produzidos em escala e que podem ser estocados sem perda de qualidade, como petróleo, suco de laranja congelado, boi gordo, café, soja e ouro.

¹³ Para entender e conhecer melhor os processos da industrial animal, veja os clássicos *Libertação animal* de Peter Singer (2010); e *Jaulas vazias* de Tom Regan (2006).

deveriam alimentar pessoas, estavam sendo desviados para a produção de ração. A fome fora gerada pelo desvio e desperdício, não pela falta de grãos¹⁴.

Não atentaram que ingeriam calorias vazias e gorduras saturadas, que o alimento não mais nutria. O sabor não era natural e muito menos vinha das frutas ou de ervas frescas, mas falseado por ingredientes com o poder de transformar fórmulas em qualquer tipo de sabor, cor, textura, regados a muito açúcar, óleo e sal.

Enquanto compartilhavam essa comida e praticavam a sociabilidade, não perceberam que as florestas estavam sendo derrubadas para a abertura de mais pastos e que o cerrado estava tomado de latifúndios para a plantação de soja. Perderam a cultura das hortaliças e dos alimentos provenientes da terra. O acervo gastronômico se perdeu e, no lugar, receitas baseadas em carne, leite, ovos e derivados ocuparam a paisagem e tornaram as pessoas viciadas, dependentes da indústria. Esta, ao perceber o interesse e o aumento de consumidores, acionou o setor de marketing, criou produtos adaptáveis às necessidades de tamanha demanda. Os veterinários, para acelerar a produção, aperfeiçoaram os processos de inseminação artificial, e os engenheiros propuseram instalações cada vez mais exíguas.

Não perceberam que, no Brasil, o rebanho bovino superou o número de comensais. Esses milhares de mamíferos de quase 600 quilos precisavam de espaço, de comida, de água e tinham necessidades fisiológicas (média de 30 quilos de fezes/urina/dia/cabeça)¹⁵. Para abrir passagem e pastagem para rebanho e soja, povos tradicionais foram dizimados, rios contaminados e florestas queimadas.

Os comensais não perceberam que corpos em proporções/medidas exageradas tiravam deles a mobilidade e a saúde. O Brasil é o quarto país com maior número de diabéticos (IDF). O açúcar é mais perigoso do que a pólvora, afirma Yuval Noah Harari (2016, p.24).

¹⁴ Para saber mais ver: SHLESINGER e NORONHA (2006).

¹⁵ Bovinos urinam de oito a 12 vezes por dia e defecam 11 a 16 vezes por dia. Disponível em: <https://www.milkpoint.com.br/artigos/producao/distribuicao-das-excretas-de-bovinos-em-pastagem-78385n.aspx> . Vacas leiteiras produzem até 45 quilos de esterco por dia. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/agronegocios/globo-rural/noticia/2017/08/esterco-tratado-vira-fertilizante-e-evita-contaminacao-de-nascentes-de-agua.html> Acesso em 30 jan. 2020.

“Pela primeira vez na história, hoje morrem mais pessoas que comeram de mais do que de menos. No início do século XXI, o ser humano médio tem muito mais probabilidade de morrer empanturrado no McDonald’s que de seca, de Ebola, ou num ataque da Al-Qaeda”.

Harari (2016, p.12)

O negócio cresceu e se aperfeiçoou à custa da vida desses animais. Deles é possível extrair a carne, o couro, a força e integridade física, a liberdade. Hoje, os animais domesticados para nosso proveito representam 64% da biomassa global de animais de grande porte ou 700 milhões de toneladas. Em termos de parâmetro, nós, humanos, representamos 27% ou 300 milhões de toneladas.

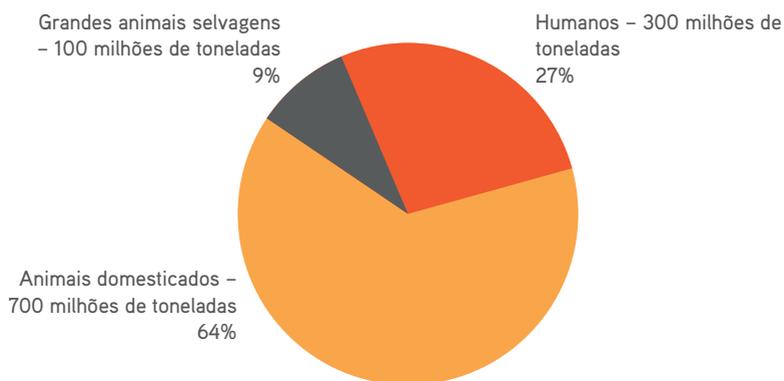


Figura 1: gráfico de pizza para a biomassa global de animais de grande porte. Fonte: Homo Deus - Yuval Noah Harari (2016, p.80)

Por tudo isso, esses animais são definidos nos livros didáticos como recursos naturais renováveis, assim como o ar, a água, o solo, a luz, o calor do sol, as florestas. Ou seja, boi, vaca, porco, galinha, cavalo, peru, entre outros, podem ser renovados, regenerados ou produzidos, dependendo da região e dos costumes. São considerados seres semoventes, pois constituem um patrimônio que, ao contrário de uma terra, “se move”.

Por motivos sociais, culturais, religiosos, e devido ao “gosto”, ao paladar, à economia e à tradição, não há interesse em questionar esses processos e hábitos. Autorizamos, a cada nova garfada, que a indústria animal continue agindo.

[☰ Retornar ao sumário](#)



AS CONEXÕES RECOMENDADAS

No final, nossa sociedade será definida não pelo que criamos, mas pelo que nos recusamos a destruir.

John C. Sawhill (1936-2000)¹⁶

Os animais estão mais do que presentes nas merendeiras, nos alimentos comercializados ou oferecidos pelas cantinas das escolas ou então no cardápio prescrito durante as aulas sobre “alimentação saudável”, quando então anunciamos uma dependência completa e inquestionável da proteína animal. Infelizmente não ensinamos que os feijões preto, roxinho, branco, lentilha, grão-de-bico, soja etc. são repletos de proteínas, assim como as sementes de chia ou de quinoa que têm todos os aminoácidos essenciais, oligoelementos e vitaminas necessários a nossa sobrevivência, segundo dados da FAO¹⁷.

Raúl Benítez (2012, on-line), diretor-geral adjunto da FAO, afirmou que a quinoa é o único alimento vegetal que tem todos os aminoácidos essenciais, microminerais e vitaminas para a vida, além de não conter glúten. Um verdadeiro tesouro latino-americano para todo o mundo.

Omitimos que o cálcio está presente em grande quantidade e com ótima absorção pelo nosso organismo nos vegetais verde-escuros e nas frutas. Daí considerar que a escola deveria ensinar onde estudantes podem encontrar os nutrientes que fornecem

¹⁶ Presidente, The Nautre Conservancy (1990-2000). Citado na abertura do livro de Edward Wilson (2002) - O futuro da vida.

¹⁷ Disponível em <https://nacoesunidas.org/fao-elege-2013-como-ano-internacional-da-quinoa/> . Acesso em 25 maio 2020.

proteína, cálcio, carboidratos, e não induzir e prescrever a dieta superproteica com excesso de gordura saturada imposta pela indústria da carne e do leite.

Graças a essa dieta, em 2019 atingiu-se o maior índice de obesidade dos últimos treze anos: 55,7% têm excesso de peso, segundo Ministério da Saúde (2019). O documentário *Muito além do peso* aborda a crescente obesidade infantil ao revelar que desde 2012 “já há no Brasil uma geração de crianças condenadas a morrer cedo ou a ter problemas de saúde em função de maus hábitos alimentares”.

Para reduzir o consumo de produtos de origem animal ou conhecer mais sobre o assunto, há o documentário *The game changers*, da Netflix, nome traduzido no Brasil para *A dieta dos gladiadores*.¹⁸

Documentário alemão: *Live and let live*

<https://www.youtube.com/watch?v=Dq-DC738GDM>

Forks over Knives documenta uma das maiores epidemias da atualidade: a obesidade. O documentário aborda como a difusão da comida processada no mundo moderno levou ao aumento de problemas cardíacos, diabetes e outras doenças.

<https://www.youtube.com/watch?v=vSDkcWGNGO4>

Cowspiracy, premiado documentário, divulga os danos ao meio ambiente e a crueldade da agropecuária intensiva e por que o tema é pouco abordado até mesmo por grandes grupos ambientalistas. <https://www.youtube.com/watch?v=uGWBSxz5Kjg>

Food matters é um filme sobre como a comida e a medicina modernas estão lentamente nos envenenando e aponta saídas para uma vida e uma alimentação melhores (disponível na Netflix).

¹⁸ Disponível em <https://catracalivre.com.br/entretenimento/conheca-10-filmes-para-veganos-na-netflix-e-4-mencoes-honrosas/>. Acesso em 30 jan. 2020.

Food Chains, um filme feito em respeito às pessoas que cultivam o que comem, mostra como estamos todos interligados à cadeia de alimentação e como o principal ingrediente de que precisamos no final é o respeito.

Trailer: <https://www.youtube.com/watch?v=-k4c6QdCJi4&t=46s>

Living on one dollar, história de quatro amigos que foram morar por dois meses no interior da Guatemala gastando apenas um dólar por dia, coloca em pauta tanto a extrema pobreza quanto a cultura de desperdício de grande parte do mundo.

https://www.youtube.com/watch?v=Vm3_d0eDVYY

Blackfish, documentário premiado sobre as baleias assassinas usadas para entretenimento, levou a um profundo debate mundial a respeito do banimento em diversos parques aquáticos de manter baleias cativas.

https://www.youtube.com/watch?v=0qVm4l_Jmpk

A carne é fraca, documentário brasileiro, aborda os impactos do consumo de carne na saúde humana, para os animais e para o meio ambiente.

<https://www.youtube.com/watch?v=rrFsGTw5bCw>

The cove é um documentário que mostra a matança indiscriminada a golfinhos por pescadores no Japão.

Parte 1: <https://www.youtube.com/watch?v=R1FjgbVHYE8&t=328s>

Parte 2: https://www.youtube.com/watch?v=hk0t5Jq_6kc

Parte 3: <https://www.youtube.com/watch?v=Y7vAH0tKOTA>



EDUCAÇÃO AMBIENTAL E PROTEÇÃO DA FAUNA: O QUE SE ESPERA DA ESCOLA

É cada vez maior a expectativa da sociedade em torno da escola, uma das últimas instituições de referência de longa atuação. Não se pode atender a todas as demandas a ela imputadas, entretanto se espera grande contribuição em especial no que se refere à educação ambiental, cuidado e proteção à fauna.

Este trabalho, longe de ser simples como parece, pede de nós um pensamento complexo que dê conta de restabelecer as conexões perdidas entre o homem e a natureza.

Edgar Morin (2003) afirma que quanto mais se complexificam os problemas do mundo, mais as disciplinas se repartem, o que aumenta ainda mais a nossa incapacidade de dar respostas. Os modelos pedagógicos introduzidos na escola, infelizmente, têm cortado as conexões; e soma-se a isso a hegemonia antropocêntrica que dificulta pensar nesta perspectiva. Fomos educados numa cultura que coloca o ser humano no centro do universo e acima das outras formas de vida. Assim, crescemos, como humanidade, desfrutando e dispondo dos recursos naturais e de todas as outras espécies animais conforme interesses que estabelecemos para o nosso bel-prazer. Assumimos, como *Homo sapiens*, a postura de superioridade baseada na força bruta em relação aos seres não humanos e à natureza.

Hans Jonas (2006), no livro *Princípio Responsabilidade*, afirma que a significação ética diz respeito ao relacionamento direto de homem com homem, inclusive o de cada homem consigo mesmo, e pontua que “toda ética tradicional é antropocêntrica” (p.35). Ou seja, nossa ética não se estende aos animais não humanos e não sentimos nenhum constrangimento com isso.

Ora, no campo da reflexão filosófica, a visão antropocêntrica há muito vem sendo questionada e superada por outras perspectivas. Há pensadores, como o próprio Edgar Morin (2002) ou Fritjof Capra (2006 a; 2006 b), que propõem pensar o mundo a partir do paradigma da complexidade. Nós, seres humanos, não somos o centro linear da criação, mas compomos um elo em meio a múltiplas formas de vida que coabitam o mesmo planeta. A existência humana estabelece com as outras formas de vida uma relação de interdependência: o destino da vida no planeta é comum a todos.

Precisamos ir mais fundo e nos atentarmos ao fato de que o cuidado com os seres humanos não prescinde do cuidado com o planeta e com os animais que nele vivem. Somos habitantes e companheiros de jornada de um mesmo *habitat* compartilhado – daí sermos terráqueos, pois não somos indiferentes a nada que se refere ao planeta Terra, nossa “casa comum”, seus ecossistemas, as pessoas e os animais.

Para aqueles que pretendem dar um passinho à frente, o que se tem é uma longa caminhada por uma estrada cheia de entraves, que requer, de quem a trilha, coragem para adentrar este terreno praticamente inexplorado dos currículos escolares.

Que educação será capaz de problematizar todas essas informações? Esses dados são apresentados na geografia, na biologia, nas ciências, mas eles sozinhos não respondem a nada, nada dizem. As conexões vão depender do método de questionamento. E a escola deveria ser a primeira a perguntar: nós precisamos? Os estudantes merecem? Para onde este modelo nos está levando? Sempre foi assim ou queremos que seja assim? Este silencioso e omissivo currículo oculto é carregado de ensino que coisifica o animal não humano e o coloca como vida feita para nos servir e proporcionar prazer. É evidente, para quem quer enxergar, a blindagem pactuada de vários setores da sociedade naquilo que é um ponto central para a educação ambiental ou de cuidado com a fauna.

A escola, mesmo com as limitações dela, poderá dar início a grandes mudanças por meio de ferramentas mentais que suscitem nos estudantes o espírito investigativo, a reflexão, a criticidade, a problematização e o estranhamento em todas as áreas, inclusive no trato com os animais sob responsabilidade direta e pessoal em relação ao meio ambiente. O silêncio não é inocente, já que hoje dispomos de informações e de conhecimentos que podem fazer um contraponto à atual situação.

Diante disso, qual a proposição para mudar essa situação e traduzir esses conhecimentos em ações pedagógicas, sem ações desarticuladas, pontuais e que dependem da existência de um setor específico, da obrigação legal, ou da boa vontade de um professor mais disposto?

No campo das intenções e dos discursos, é desejável que os estudantes tenham interesse pelas grandes causas, sejam colaborativos e menos individualistas, tenham referências de vida, tenham autonomia, deem conta de propor soluções para os problemas. Contudo, quando confrontadas as práticas pedagógicas com a distribuição dos tempos e dos espaços escolares, percebemos o quanto somos contraditórios e incoerentes, pois o nosso *modus operandi* nega e sufoca tudo isso. Os modelos pedagógicos da escola, infelizmente, têm cortado as conexões.

Se a escola pública ou particular pudesse pensar o que deixar à cidade ou à comunidade onde está inserida, o maior presente seria uma educação na cidadania que ofereça o conhecimento com atitude, o saber que transforma, liberta e que permite às pessoas se tornarem mais humanas e responsáveis.

Hoje, mais do que nunca, precisa-se de uma educação que comporte de forma interdependente, que considere os contextos e as conexões, os conhecimentos próprios de cada disciplina, os seres humanos; o planeta, que abarca os rios, as florestas, os oceanos, os ecossistemas, o macro e o micro onde a vida pulsa; e os animais, seres que partilhem conosco um mesmo *habitat*. O objetivo é demonstrar que a visão sistêmica a partir dos ecossistemas desconhece linhas divisórias, porquanto coisas e fatos estão interligados. A pretensão é que não se ensinem as coisas deslocadas da realidade e nem haja objetos fechados, mas que as temáticas possam ser conhecidas e inseridas no contexto em que se apresentam.

A escola, com essa orientação, situa as disciplinas em macrotemáticas. Proporciona ao professor a possibilidade de voltar com o objeto de ensino que um dia foi extraído do contexto para o grande texto. Falamos de parede, chão, piso, teto e nos esquecemos de falar da casa, das relações ou das pessoas que a habitam. Ou, então, falamos de caule, tronco, folhas, mas sem falar da árvore e muito menos das florestas. Ao picotar o conhecimento, ele dá volume e fica enorme! Aí, há a desculpa de que não temos tempo. Não é preciso ensinar tudo, só algumas coisas. São algumas chaves de compreensão que abrem as portas. Morin (2003, p.77) diz que “as coisas dependem menos de informações do que da forma em que está estruturado o modo de pensar”.

É possível agir em três níveis distintos:

- 1- Na sala de aula, a forma como o professor conduz a relação ensino-aprendizagem, que faz as conexões entre o objetivo de estudo e as macrotemáticas que podem extrapolar as pessoas, o planeta e os animais, é o momento de devolver o objeto a seu contexto.
- 2- Na organização da escola e de suas relações internas, é desejável um centro de referência vivo e dinâmico, onde os docentes, os discentes e os pedagogos adotem uma postura de troca de informação, discussão, promoção, um ambiente no qual todos aprendem e não somente os estudantes. Professores que buscam se qualificar para abordar assuntos diversos terão maior capacidade de fazer conexões.
- 3- Na comunidade, o conhecimento nos torna mais humanos, atentos e responsáveis com aquilo que está em nosso entorno. Se a escola é um centro de estudo e de conhecimento, é de se esperar que haja intervenções inteligentes, lúdicas e criativas na comunidade e para ela. Podemos observar pequenas iniciativas por série ou segmento e até mesmo as grandes mobilizações da escola em torno de temática única.

O problema ou a necessidade, a vivência e a experiência de trocar ideias, organizar-se, propor uma intervenção e acompanhar o resultado dela, tudo isto é aprendizagem e traz em si uma metodologia de ensino e aprendizagem.

Os educadores e a família são fundamentais nessa transição, já que não estamos prontos e nem deveríamos estar. Esta incompletude é que faz de nós seres de busca e, da escola, um lugar de aprendizagem e de troca constantes. Então, qual o papel do diretor, do supervisor, do coordenador ou dos pedagogos? O de animadores do diálogo interdisciplinar, o de guardiões das conexões; o de construtores das pontes, das teias e das junções. A proposta imprime à escola a valorização e a necessidade de pessoas com esse perfil e essa competência. Que não as tenham de antemão é bem provável, mas que as busquem. Cabe destacar:

- A capacidade de reflexão interligada à valorização das perguntas. Esta remete à busca constante de sustentação teórica para respondê-las e fazer outras.

-
- A capacidade de potencializar as aprendizagens que nascem das perguntas e daquilo que está acontecendo.
 - Os sujeitos responsáveis pela estrutura pedagógica precisam abrir espaço e tempo a fim de rever falas do tipo: os alunos estão “perdendo” aula, quando, dependendo da proposta, é o contrário que está acontecendo. Conforme Viñao Frago (2001, p.61), há muitas maneiras de impedir ou de proibir projetos, propostas ou ações. Basta que se ocupem todos os espaços e todos os tempos. Um projeto totalitário, para Frago, seria aquele em que o indivíduo, isolado ou em grupo, não dispusesse de espaços ou de tempos. Esta é a primeira questão. Equacionado o problema, é possível dar mais um passo, que é a ação.
 - Resgatar a experiência da mobilização coletiva em torno de um mesmo propósito é o outro passo.



CONCLUSÃO

Talvez haja outros conhecimentos a adquirir, outras interrogações a fazer hoje, partindo não do que outros souberam, mas do que eles ignoraram.

S. Moscovici (1925-2014)

A escola estaria contribuindo para o cuidado e proteção ou para a indiferença em relação ao meio ambiente e aos animais?

Até o momento, tendo em vista o potencial, a escola vem contribuindo pouco. A educação ambiental, o cuidado e proteção da fauna somente darão um salto de qualidade quando a escola e o corpo discente entenderem que há uma interdependência entre as pessoas, as questões ambientais e os animais.

Ao término deste tratado, esperam-se indagações daquilo que aqui está escrito. Não há um lado dos vencedores. Ao contrário, façamos jus ao termo humanidade associado a ações, a atitudes e a valores que, de fato, engradeçam, construam, curem, restabeleçam e promovam a vida em todas as suas dimensões e formas.

[≡ Retornar ao sumário](#)



FOTO: Paul Carmona - Unsplash

REFERÊNCIAS

BENÍTEZ, Raul. *FAO elege 2013 como Ano Internacional da Quinoa*. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/fao-elege-2013-como-ano-internacional-da-quinoa/>>. 25 out.2012. Acesso em: 02 fev. 2020.

BOFF, Leonardo. *Comensalidade: passagem do animal ao humano*. 2012. Disponível em: <<https://leonardoboff.wordpress.com/2012/10/15/comensalidade-passagem-do-animal-ao-humano/>>. 2012. Acesso em: 29 jan. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Brasileiros atingem maior índice de obesidade nos últimos treze anos*. 2019. Disponível em: <<http://saude.gov.br/noticias/agencia-saude/45612-brasileiros-atingem-maior-indice-de-obesidade-nos-ultimos-treze-anos>>. Acesso em: 10 fev. 2020.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/sf/legislacao/const/>>. Acesso em: 6 jul. 2020.

BRASIL. *Lei nº 5.197, de 3 de janeiro de 1967*. Dispõe sobre a proteção à fauna e dá outras providências. Presidência da República - Casa Civil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5197.htm>. Acesso em: 10 jan. 2020.

BRASIL. *Lei nº9.605, de 12 de fevereiro de 1998*. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. Presidência da República - Casa Civil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19605.htm>. Acesso em: 6 jul. 2020.

CAPRA, Fritjof. *Alfabetização ecológica: a educação das crianças para um mundo sustentável*. São Paulo: Cultrix, 2006.

CAPRA, Fritjof. *A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos*. São Paulo: Cultrix, 2006.

ESTILO EDITORA. *Censo Pet: 139,3 milhões de animais de estimação no Brasil*. 2019. Disponível em: <<https://www.editorastilo.com.br/censo-pet-1393-milhoes-de-animais-de-estimacao-no-brasil/>>. Acesso em: 04 jan. 2020.

FERRY, Luc. *A nova ordem ecológica: a árvore, o animal e o homem*. Rio de Janeiro: DIFEL, 2009.

FRANCIONE, Gary L e CHARLTON, Anna E. *A “humanely” killed animal is still killed – and that’s wrong*. 8 set.2017. Disponível em: <<https://aeon.co/ideas/a-humanely-killed-animal-is-still-killed-and-thats-wrong>>. Acesso em: 13 maio 2020.

HARARI, Yuval Noah. *Homo Deus: uma breve história do amanhã*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

HONORÉ, Carl. *Devagar*. 5 ed. Rio de Janeiro: Record, 2007.

JONAS, Hans. *O princípio responsabilidade: ensaio de uma ética para a civilização tecnológica*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

LEMONS, Kátia Christina. *Animais de circo e crueldade*. Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. 2008. Disponível em: <<https://www.mpdft.mp.br/portal/index.php/comunicacao-menu/artigos-menu/773-animais-de-circo-e-crueldade>>. Acesso em: 25 jan. 2020.

MINAS GERAIS. *Lei nº 21.159/2014, de 17 de janeiro de 2014*. Proíbe, no território do Estado, a apresentação, a manutenção e a utilização de animais silvestres ou domésticos, nativos ou exóticos, em espetáculos circenses. Assembleia Legislativa de Minas Gerais, Belo Horizonte, 17 de jan.2014. Disponível em: <<https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=LEI&num=21159&comp=&ano=2014>>. Acesso em: 10 jan. 2020.

MORIN, Edgar. *O Método 1: A natureza da natureza*. Porto Alegre: Sulina, 2002.

MORIN, Edgar. *A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento*. 8 ed. -Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

NÃO É possível dizer que não sabíamos! *Veja*, São Paulo, 06 de jul. de 2012. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/ciencia/nao-e-mais-possivel-dizer-que-nao-sabiamos-diz-philip-low/>>. Acesso em: 15 jan. 2020.

PANICACCI, Fausto Luciano. *Os rodeios e a jurisprudência paulista sobre as práticas que submetem animais a crueldade*. 2012. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/21812/os-rodeios-e-a-jurisprudencia-paulista-sobre-as-praticas-que-submetem-animais-a-crueldade/3#ixzz2ezjWFZoc>>. Acesso em: 28 jan. 2020.

REGAN, Tom. *Jaulas vazias: encarando o desafio dos direitos animais*. Porto Alegre, RS: Lugano, 2006.

SHLESINGER, Sérgio e NORONHA, Silvia. *O Brasil está nu! O avanço da monocultura da soja, o grão que cresceu demais*. Rio de Janeiro: FASE, 2006.

SINGER, Peter. *Libertação Animal*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

STF, RE 153.531-8/SC, rel. min. Francisco Rezek, j. 3.jul.1997. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/21812/os-rodeios-e-a-jurisprudencia-paulista-sobre-as-praticas-que-submetem-animais-a-crueldade/2>>. Acesso em: 25 jan. 2020.

TJSP, Apelação 0006162-86.2009.8.26.0457, rel. des. Ruy Alberto Leme Cavalheiro, j. 28.abr.2011.

TJSP, Apelação Cível 9229895-64.2003.8.26.0000 - rel. des. Renato Nalini, j. 10.nov.2011.

UM MILHÃO de espécies de plantas e animais estão ameaçadas de extinção, aponta ONU. *G1*, Rio de Janeiro, 6 maio 2019. Natureza. Disponível em: <<https://g1.globo.com/natureza/noticia/2019/05/06/um-milhao-de-especies-de-plantas-e-animais-estao-ameacadas-de-extincao-segundo-relatorio-da-onu.ghtml>>. Acesso em: 07 maio 2019.

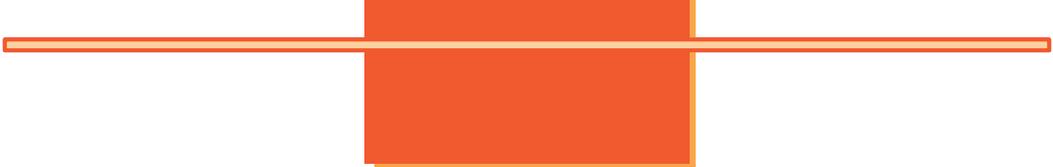
UNESCO. *Declaração Universal dos Direitos dos Animais*. Bruxelas, 27 jan. 1978. Disponível em: <<https://www.crmv-ce.org.br/images/PDF/DECLARAO-UNIVERSAL-DOS-DIREITOS-DOS-ANIMAIS.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2020.

UNFA-ONU. *Situação da População Mundial 2007*. Disponível em: <<https://brazil.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/swop2007.pdf>>. 2007. Acesso em: 13 abr. 2020.

VIÑAO FRAGO, Antônio e ESCOLANO, Agustín. *Currículo, Espaço e Subjetividade: a arquitetura como programa*. 2 ed.- Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

WILSON, Edward Osborne. *O Futuro da Vida: um estudo da biosfera para a proteção de todas as espécies, inclusive a humana*. Rio de Janeiro: Campus, 2002.





MATERIAL COMPLEMENTAR

Animal não humano: presente!
Reflexões sobre a educação e a
relação entre animais humanos e não humanos

[Acesse o material por meio deste *link*.](#)

[☰ Retornar ao sumário](#)



